
NOTA INFORMATIVA | Nº 22/2015 | A TODOS OS TRABALHADORES | 20/11/2015

ASSUNTO: - Concurso interno de admissão na categoria de Inspetor Tributário, nível 1, do GAT, aberto pelo Aviso divulgado no Diário da República, 2ª Série, n.º 225, de 21 de Novembro de 2012.

1. AUDIÊNCIA PRÉVIA – AVISO N.º 13375

Em referência ao assunto identificado em epígrafe, e uma vez que o Aviso n.º 13375/2015, publicado no DR n.º 225, de 17 de novembro, menciona a necessidade de remissão das alegações via correio registado (e não através da intranet) vimos por este meio enviar em anexo minuta genérica de requerimento que poderá ser utilizada após adaptação a cada caso concreto, pelos candidatos que pretendam exercer o direito de audiência.

À semelhança dos concursos anteriores, em relação ao conteúdo concreto da reclamação e relativamente á impugnação das cotações atribuídas nos testes de conhecimentos, o mesmo terá de ser desenvolvido por cada um, uma vez que se trata de matéria de direito tributário/fiscal.

Conforme mencionado no Aviso agora publicado, o requerimento deverá ser apresentado junto da Sra. Presidente do Júri do concurso, seguindo diretamente para a Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da AT, (DSGRH), Rua do Comércio nº 49 – 3º, 1149-017 Lisboa, através de carta registada com aviso de receção, ficando com uma cópia em seu poder.

O requerimento de audiência prévia deverá ser apresentado, **dentro do prazo de 10 dias úteis após a publicação em Diário da República do Aviso com o projeto de lista, o qual terminará no próximo dia 30.11.2015.**

Alerta-se ainda para o seguinte facto: para que a apresentação da audiência dos interessados não seja considerada extemporânea, a minuta terá necessariamente que dar entrada na DSGRH até ao

último dia do prazo, não sendo considerado válida para o efeito a data do registo do envelope nos correios.

2. N.º 4 DO ARTIGO 30.º DO DL N.º 557/99

Em relação aos estagiários que, tendo sido admitidos à prova final, venham a obter na mesma nota inferior a 9,5 valores informamos que a Direcção Nacional, em diversas reuniões com a Administração, têm vindo, desde o início do Estágio, a abordar esta questão.

Logo na primeira hora a Sr.ª Diretora Geral, a Sr. Subdiretora Geral da Inspeção Tributária e o Sr. Subdiretor Geral de Recursos Humanos concordaram que de facto é injusto ter uma última prova eliminatória *per si*, como demonstrado através do texto, que integra a petição já realizada sobre esta matéria, e entregue à Presidente do Júri do concurso há vários meses, que pode consultar aqui http://www.stimpostos.pt/images/nota_informativa_n_8_2015_ite_peticao.pdf, onde milhares de colegas concordaram e subscreveram o nosso texto peticionário.

Foi elaborado um parecer, sobre esta matéria, pelos Serviços Jurídicos do STI que, também ele, alicerça as nossas pretensões. A breve prazo reuniremos com a Administração e esta será uma das matérias a trabalhar.

Saudações Sindicais,
A Direcção Nacional

Exma. Senhora

Presidente do Júri de Estágio do concurso para a categoria de Inspetor Tributário, Grau 4, nível 1, do GAT, do mapa de pessoal da AT aberto pelo Aviso n.º 15564/2012, publicado Diário da República, 2ª Série, n.º 225, de 21 de Novembro de 2012

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos

*Rua do Comércio, 49, 3º andar
1149-017 Lisboa*

(nome) _____, Inspetor Tributário Estagiário, candidato(a) ao concurso interno supra identificado, encontrando-se a realizar o estágio no **Serviço/Direcção de Finanças _____**, vem, **ao abrigo do direito de audiência prévia, previsto no artigo 121º e seguintes do Novo CPA, pronunciar-se sobre o projeto de lista com a classificação do 2º teste de conhecimentos específicos, bem como a média dos dois testes realizados durante o estágio para a categoria de Inspetor Tributário, Grau 4, nível 1, do GAT, do mapa de pessoal da AT, aberto pelo Aviso n.º 15564/2012, publicado Diário da República, 2ª Série, n.º 225, de 21 de Novembro de 2012, divulgado, conforme mencionado no Aviso da DSGRH de 05.11.2015, através do Aviso n.º 13375/2015, publicado no DR, 2ª Série, n.º 225, de 17.11, o que faz nos termos e com os fundamentos seguintes:**

1 - No âmbito do estágio em curso e conforme previsto no n.º 3 do artigo 6º do Regulamento de Estágio, realizaram-se nos dias 23.05.2015 e 24.10.2015 as provas escritas de conhecimentos específicos, tendo ao(à) ora Reclamante sido atribuída no 1º Teste (Versão _____) a nota de _____ valores e no 2º Teste (Versão _____) a nota de _____ valores, resultando da média dos dois Testes realizados a nota final de _____ valores, conforme consta do projeto de lista;

3 – Ora, salvo o devido respeito, não pode, todavia, o(a) ora Interessado(a), concordar com a classificação atribuída no _____ (indicar o(s) Teste(s) que pretende reclamar), nos termos e com os fundamentos que se passam a expor:

1º Teste:

(...)

(deverá indicar as questões concretas da prova em relação às quais discorda da cotação atribuída, apresentar os fundamentos de discordância e indicar a cotação que entende que lhe deveria ter sido atribuída)

2º Teste:

(...)

(deverá indicar as questões concretas da prova em relação às quais discorda da cotação atribuída, apresentar os fundamentos de discordância e indicar a cotação que entende que lhe deveria ter sido atribuída)

Face a todo o exposto, requer-se a V. Exas., a alteração da cotação atribuída no [] Teste de conhecimentos efetuado pelo(a) ora interessado(a), relativamente às questões [], nos termos acima expostos, revendo, em consequência a média final obtida para [] valores;

Junta: ____ documentos.

Espera respeitosamente deferimento,

O(A) interessado(a)
